



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
Camila Lacerda Couto - Especialização
Cléo Belício Lopes - Especialização
Daniel Flores - Pós-Doutorado
Débora Flores - Mestrado
Denize Brum Camargo - Graduação
Flavia Helena Conrado - Mestrado
Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
Raquel Miranda da Silva - Especialização
Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
Rosani Gorete Feron - Especialização
Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO:

***PATRIMÔNIO
DOCUMENTAL E
MEMÓRIA***

MEMÓRIA DA DOCÊNCIA E DA PESQUISA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

José Francisco Guelfi Campos

Lilian Miranda Bezerra

RESUMO

As reflexões que aqui apresentamos decorrem do encontro de dois projetos de pesquisa desenvolvidos na Universidade de São Paulo sobre a preservação de arquivos pessoais de docentes. À luz dos resultados obtidos, discutimos a controversa situação da política institucional de preservação desses acervos, repositórios da memória da universidade, e exploramos os desafios envolvidos na construção do banco de dados *Docere*, que pretende dar acesso à descrição dos arquivos de professores existentes nas unidades da USP.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Memória institucional. Política memorial.

ABSTRACT

The reflections shared in this paper are derived from the crossing of two different research projects developed at the University of São Paulo on the preservation of faculty personal archives. In the light of the achieved results, the controversial status of the institutional policy towards the preservation of these archives, understood as university's memory repositories, is here addressed. We also explore the challenges involved in building the *Docere* data bank, which gives access to the description of faculty personal archives preserved at USP faculties and institutes.

Keywords: Personal archives. Institutional memory. Memorial policy.

1. DOIS PROJETOS, UM OBJETIVO

Nossas reflexões, nesse trabalho, decorrem do encontro de dois projetos de pesquisa desenvolvidos em unidades diferentes da Universidade de São Paulo, que a despeito de suas diferenças quanto ao escopo e ao recorte, partilham de objetivos comuns. Um deles, intitulado “Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo”, consistiu em pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Almeida Camargo.²³⁸ Iniciado em fevereiro de 2012 e concluído em 2014, teve como objetivo mapear a existência de arquivos pessoais de professores (aposentados ou falecidos) nas unidades da USP, em seus sete *campi* localizados no estado de São Paulo, oferecendo diagnóstico circunstanciado da realidade observada, fundamentado em

²³⁸ Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

discussão teórica sobre as características desses acervos²³⁹ - enquadrando-os no controverso debate acerca dos arquivos pessoais e dos chamados arquivos científicos - e sobre a delicada relação entre arquivos e memória.

Em meados de 2012, partilhando de interesses semelhantes aos do projeto anterior, o Arquivo Geral da Universidade de São Paulo (AG-USP) reuniu um grupo composto por integrantes de diferentes unidades para formular o projeto “Por uma política de preservação da memória da docência e da pesquisa na USP”²⁴⁰, contemplado em novembro do mesmo ano, por edital lançado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. O referido projeto visava mapear a existência de arquivos de docentes/pesquisadores (aposentados ou falecidos) nas 26 unidades de ensino localizadas na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, assim como a construção de banco de dados destinado à descrição sumária destes acervos.

Ambos os projetos partiram de uma preocupação comum: aos oitenta anos de existência, consolidada como a maior universidade do Brasil e figurando entre as mais prestigiosas instituições em *rankings* internacionais, a Universidade de São Paulo ainda atribui pouco valor à sua própria história e à memória de seus docentes e pesquisadores, muitos deles figuras relevantes para a história da ciência brasileira. Nesse sentido, ambos os projetos tencionavam subsidiar a criação de política institucional de memória, capaz de nortear a preservação de seu patrimônio documental, cultural e intelectual, algo de que ainda carece a USP.

Atualmente, figuram na pauta da política de preservação da memória institucional apenas as dissertações e teses (disponibilizadas pela internet); a informação sobre processos administrativos (controlada pelo sistema Proteos); e os registros das transações realizadas por meio de sistemas corporativos. Se tais elementos são, por um lado, suficientes para instruir e informar sobre as ações

²³⁹ Apesar do sentido que emprestam os arquivistas ao termo “acervo”, qual seja, a totalidade dos fundos ou coleções sob responsabilidade de uma instituição de custódia, tomamos a liberdade de empregá-lo, aqui, em seu sentido genérico.

²⁴⁰ O projeto foi elaborado conjuntamente por Ana Maria de Almeida Camargo (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Dina Elisabete Uliana (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), Elisabete Marin Ribas (Instituto de Estudos Brasileiros), Johanna Wilhelmina Smit (Escola de Comunicações e Artes/Arquivo Geral), José Francisco Guelfi Campos (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Lílian Miranda Bezerra (Arquivo Geral) e Silvana Karpinski (Museu de Arte Contemporânea). Agradecemos a Ana Sílvia Pires, Bárbara Júlia Menezello Leitão, Edison de Carvalho Macedo, Helena Akemi Missumi, Maria Cristina de Oliveira Costa, Marli Marques de Souza Vargas e Valdir de Araújo Vieira Junior, pelo apoio indispensável para a condução de diferentes etapas da pesquisa.

ligadas à administração da universidade, não são, por outro, capazes de representar a instituição sob o prisma de suas atividades finalísticas, quais sejam, a docência, a pesquisa e a extensão²⁴¹.

Embora exista extensa bibliografia a respeito da história da USP, cumpre notar que tais trabalhos se voltam, preferencialmente, para aspectos políticos e administrativos. Pouco se sabe, ainda hoje, sobre os procedimentos pedagógicos e os intrincados processos que compõem a prática científica desenvolvida nos muitos laboratórios e núcleos de pesquisa da universidade, temas de interesse para estudiosos em diversos campos disciplinares, entre eles, a história da educação e a sociologia da ciência. São justamente os documentos acumulados pelos agentes dessas ações, ou seja, pelos professores – que além de se dedicarem também à pesquisa, não raro acumulam cargos de gestão –, que nos permitem sondar a vida universitária no interior das salas de aula e, para tomar de empréstimo a expressão de Michel Callon (1989), a “ciência em se fazendo”, elementos que não podem ser captados apenas nas formas finais da comunicação científica (artigos, livros, teses...), nos memoriais preservados nas bibliotecas ou nos boletins de frequência e nota acumulados nas secretarias dos departamentos, uma vez que aos estudiosos interessa, mais que o conteúdo trabalhado em uma aula ou os resultados de uma pesquisa, conhecer o que está por trás das opções do professor e do cientista, as distintas formas de ensinar, as tentativas, os fracassos... (CAMPOS, 2014, pp. 19-20).

Nesse sentido, os arquivos pessoais de professores ganham destaque e se projetam como elementos relevantes de uma política memorial comprometida, não com a reafirmação das qualidades, mas com a difusão dos vestígios materiais do passado que permitam, no presente, a construção de novas propostas e de um entendimento matizado e plural sobre a trajetória da instituição.

2. O DESTINO DOS ARQUIVOS DE DOCENTES NA USP

Quando um docente se aposenta ou falece, o que ocorre com os documentos que acumulava em sua sala ou laboratório? A pergunta motivou o desenvolvimento das duas pesquisas e para respondê-la foi preciso recorrer ao trabalho de campo,

²⁴¹ Sobre a organização de arquivos universitários ver SAMUELS (1998).

que, num primeiro momento, limitou-se à Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, tendo sido, posteriormente, estendido aos demais *campi* da USP.

Em muitos casos, os trabalhos de identificação e diagnóstico de acervos custodiados por diferentes instituições ou por distintas divisões de uma mesma instituição são feitos por meio de questionários enviados aos responsáveis pela custódia. Ana Célia Navarro de Andrade, Simone Fernandes e Viviane Tessitore (2004), autoras da metodologia adotada para a elaboração do *Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil*, comentam os inconvenientes decorrentes de semelhante opção: além da inexatidão presente nas respostas oferecidas, não há qualquer garantia contra eventuais distorções e omissões. No mais das vezes, grande parte dos questionários enviados sequer são devolvidos ao remetente, diminuindo ou comprometendo o resultado final do trabalho ou a análise que se deseja fazer.

Por essas razões, optamos pela visita presencial a cada uma das unidades em lugar de realizar a pesquisa por meio de questionário. Para tanto, tomamos as seguintes iniciativas, no sentido de viabilizar a realização do trabalho de campo:

- elaboramos fichas padronizadas para a identificação dos acervos e para o registro das espécies documentais neles contidas;
- remetemos ofício protocolado aos dirigentes das faculdades e institutos informando sobre os objetivos do projeto, pedindo anuência para adentrarmos as dependências da unidade e solicitando a designação de funcionários como nossos interlocutores. Em paralelo, encaminhamos por e-mail cópias do mesmo ofício a todos os assistentes acadêmicos, diretores de bibliotecas e presidentes de comissões setoriais do Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo (SAUSP);
- realizadas as designações, estabelecemos os primeiros contatos para definir o período mais conveniente para a realização das visitas;
- definida a ordem de visitação das unidades e agendadas as datas, passamos a executar o trabalho de campo.

O trabalho de campo se iniciou em março de 2013, com equipe formada por quatro estagiários e dois coordenadores que atuaram em dois turnos (manhã e

tarde). Os estudantes selecionados passaram por treinamento específico, cujo programa abarcou conteúdos relacionados à história da USP, caracterização das instituições voltadas para a preservação da memória (bibliotecas, arquivos e museus), princípios básicos da arquivologia, função e missão do SAUSP e do AG-USP, definição dos documentos de arquivo, especificidades dos arquivos pessoais, o projeto em pauta e a organização do trabalho.

Tendo em vista o caráter exploratório da pesquisa e o prazo para sua realização, limitamos nossa área de observação, nesse primeiro momento, às unidades localizadas na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, contemplando inicialmente as 26 unidades acadêmicas nela localizadas, compreendidas no escopo do projeto proposto pelo AG-USP²⁴². Para a sondagem presencial, estabelecemos alguns critérios, considerando o cronograma de trabalho e os recursos humanos disponíveis. Dessa forma, foi definido que a documentação deveria estar fisicamente alocada nas referidas unidades, além de pertencer, preferencialmente, a um docente já sem vínculo com a universidade, razão pela qual priorizamos os professores que não optaram pelo enquadramento no programa de “colaborador sênior” após a aposentadoria.²⁴³

Em campo, os servidores designados como nossos interlocutores atuaram como verdadeiros facilitadores no contato com demais funcionários, apresentando a equipe do projeto nos departamentos e laboratórios de cada unidade. Via de regra, consultamos bibliotecários, secretários de departamento e assistentes acadêmicos a respeito da existência de conjuntos documentais deixados por professores aposentados ou falecidos. Contamos ainda com seu auxílio na divulgação, via e-mail ou verbalmente, da iniciativa e foi graças à gentil colaboração daqueles que nos receberam durante as visitas que professores de diversas áreas nos contataram, dispostos a compartilhar seus próprios arquivos, bem como documentos legados por seus orientadores ou colegas de trabalho, muitas vezes nos oferecendo depoimentos emocionados sobre a convivência com eles.

²⁴² A equipe do trabalho de campo, no âmbito do projeto proposto pelo AG-USP, foi composta por Beatriz Oliveira, Henrique Nogueira, Joice de Medeiros e Lucas Bulhões, sob coordenação de Lílian Miranda Bezerra e José Francisco Guelfi Campos.

²⁴³ Ao se aposentar, o docente pode, mediante convite, optar por assinar um termo de colaboração com a universidade, mantendo-se em atividade na graduação e na pós-graduação e conservando (em algumas unidades) o direito de dispor de escritório em seu departamento. Seu enquadramento funcional, nesse caso, passa a ser “professor sênior”. Cf. Resolução 6073, de 1 de março de 2012. Ver referências.

Evidentemente, a organização física e descrição minuciosa dos documentos não figuraram entre nossos objetivos, tampouco a transferência de fundos para o Arquivo Geral. Os documentos permaneceram, portanto, nos locais em que se encontravam quando de nossas visitas. Contudo, para representar o conteúdo de cada acervo foi necessário estabelecer categorias genéricas para a classificação dos documentos, indicativas, mesmo que de forma panorâmica, de seus contextos originários, quais sejam:

- discência
- docência e pesquisa
- gestão
- identificação
- vida funcional
- outros documentos

Tais categorias foram delimitadas com base na leitura dos próprios documentos com os quais nos deparamos e figuraram como objeto de reflexão ao longo de boa parte do trabalho de campo, evidenciando dilemas de ordem prática que se impõem no processo de identificação arquivística. De outra parte, convém observar que no caso dos acervos que já dispunham de instrumentos de pesquisa, o trabalho foi realizado tomando por base as informações neles registradas e, eventualmente, com consulta aos responsáveis pela custódia com vistas ao esclarecimento de certas dúvidas ou pendências.

Baseando-nos na literatura especializada sobre organização de arquivos de cientistas (HAAS, SAMUELS, SIMMONS, 1985; SANTOS, 2010, 2012) e em estudos nos campos da história e da sociologia da ciência (LATOUR, WOOLGAR, 1986; BOURDIEU, 1983, 2004), bem como amparados pelos próprios documentos com os quais nos deparamos em cada acervo, procuramos recompor a lógica de organização do trabalho dos professores universitários, entendendo a docência e a pesquisa como práticas articuladas. Dessa maneira, a atividade “docência/pesquisa” comporta 14 subatividades, indicativas de seus estágios intermediários (atividades-meio), também utilizadas na contextualização dos documentos, quais sejam:

- Propor e ministrar disciplinas

- Dar pareceres para conselhos, programas, comissões, órgãos de fomento, periódicos etc.
- Propor cursos, alterações em estrutura curricular ou organização de programas de pós-graduação
- Orientar alunos de graduação ou pós-graduação
- Participar (como avaliador ou candidato) em bancas e concursos
- Proferir palestras e ministrar cursos em outras instituições
- Executar projeto de pesquisa
- Participar de congressos e reuniões científicas ou organizá-los
- Vincular-se a associações científicas ou profissionais
- Manter correspondência profissional
- Publicar
- Prestar consultoria à iniciativa pública ou privada
- Receber prêmios e homenagens²⁴⁴

Uma vez concluído o trabalho de campo na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, foram também visitadas as demais unidades localizadas na cidade de São Paulo (USP Leste, “quadrilátero da saúde”²⁴⁵, Faculdade de Direito e Museu de Zoologia) e aquelas situadas no interior do estado de São Paulo (Bauru, Itu, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos) no âmbito da pesquisa de mestrado anteriormente referenciada. Com o encontro dos dois projetos, foi possível cobrir a USP na totalidade de sua extensão.

Dessa maneira, foi possível constatar a existência de 280 acervos de docentes em 37 das 49 unidades visitadas, constituindo uma massa documental que perfaz o total de 1.468 metros lineares, somados a 37 pastas e mais 87.584 documentos. A discrepância dos padrões de mensuração²⁴⁶ configura, de antemão, um primeiro indício da falta de diretrizes para o trabalho arquivístico na USP, onde

²⁴⁴ A classificação foi sugerida pela professora Dra. Johanna Wilhelmina Smit, em reunião com a equipe do projeto.

²⁴⁵ Compreende as Faculdades de Medicina e Saúde Pública e a Escola de Enfermagem, localizadas no bairro de Cerqueira César.

²⁴⁶ Durante o trabalho de campo, optamos por registrar a extensão dos conjuntos documentais segundo o padrão adotado pelos responsáveis pela custódia. No caso dos acervos volumosos sem tratamento técnico, procedemos à mensuração por metros lineares.

tampouco o conceito de arquivo é entendido pelos funcionários que, muitas vezes, se responsabilizam pela guarda da documentação. Não raro, durante o trabalho de campo, nossos interlocutores nos indicaram como arquivos de docentes a documentação administrativa acumulada pelas secretarias de departamento, seções de recursos humanos ou ainda os documentos remanescentes do trabalho administrativo desempenhado pelos professores que, via de regra, deveriam compor os fundos de laboratórios ou núcleos de pesquisa.

Dos acervos mapeados, 106 ainda não foram alvo de qualquer iniciativa visando ao tratamento técnico, enquanto 91 encontram-se organizados e 83 estão em processo de ordenação e descrição.²⁴⁷

Apenas 16 das 49 unidades visitadas contam com estruturas voltadas para a preservação da memória institucional (centros de memória ou documentação, museus...), nem sempre dedicados exclusivamente à guarda de arquivos de docentes. Foi possível observar que os acervos mapeados se encontram dispersos em diversos ambientes: bibliotecas, depósitos, salas de professores, secretarias e setores de expediente e protocolo. Pouco se conhece também sobre o histórico da custódia desses arquivos e coleções, fato que se deve à informalidade com que foram adquiridos. Nesse aspecto, identificamos duas formas de aquisição predominantes: a doação, que nem sempre se faz comprovar por instrumentos legais, e a *remanescência*, essa última mais delicada no que toca aos aspectos jurídicos e que ocorre quando, ao se desligar do quadro funcional, o docente simplesmente “deixa para trás” os documentos que armazenava em sua sala ou laboratório, o que acarreta dois desdobramentos: 1. a documentação é acolhida por outro docente em razão de afinidades pessoais ou de pesquisa, ou 2. cabe geralmente aos secretários de departamento recolhê-los e dar-lhes um destino, que pode ser o encaminhamento à biblioteca ou ao centro de memória da unidade, o armazenamento dos documentos em um depósito ou na própria secretaria, a devolução ao professor e, em casos extremos, o descarte indiscriminado.

A situação, como se percebe, constitui um problema de grandes proporções que afeta a quase totalidade das unidades acadêmicas da USP e que exige mobilização da comunidade universitária em torno de sua solução.²⁴⁸

²⁴⁷ Dos 83 arquivos cuja organização se encontra em andamento, 72 são custodiados pela Faculdade de Medicina, que concentra a guarda no Museu Histórico “Professor Carlos da Silva Lacaz”.

3. O BANCO DE DADOS *DOCERE*

Até a conclusão de nossas pesquisas, o acúmulo de arquivos pessoais de docentes nas unidades da USP era um problema real, vivenciado por diversos funcionários, mas do qual ninguém sabia as reais proporções. Os números consolidados a que chegamos com a condução do trabalho de campo surpreendem e cumpre frisar que parcela considerável dos acervos hoje acumulados nos edifícios da USP em seus diferentes *campi* permanece ignorada por muitos alunos, dirigentes e servidores da universidade.

Em face disso, concebemos o banco de dados *Docere*²⁴⁹, nomeado a partir do verbo grego cujo significado é “ensinar”, raiz dos vocábulos “docente” e “documento”, com dupla finalidade: estimular e facilitar a pesquisa a estes acervos, desconhecidos pela maioria da comunidade uspiana, uma vez que reúne informações não somente sobre a documentação existente, mas também sobre seu local de guarda e responsável, ao mesmo tempo em que visa a dar ampla publicidade dos resultados obtidos, como forma de alertar para o problema que atualmente se coloca quando o que está em jogo é a preservação de um conjunto documental vultoso, capaz de representar o dia a dia das atividades de docência e pesquisa em seus estágios intermediários e sob a óptica de seus agentes, permitindo, deste modo, contar a história da universidade sob novos pontos de vista.

Em seu módulo de consulta, franqueado ao público por meio do *site* institucional do Arquivo Geral da Universidade de São Paulo²⁵⁰, o banco de dados *Docere* permite aos pesquisadores acessar as fichas de identificação dos acervos mapeados. Até o presente momento, encontram-se registrados os 173 arquivos referenciados no âmbito do projeto desenvolvido pelo AG-USP. Oportunamente, as fichas relativas aos acervos mapeados no âmbito da pesquisa de mestrado “Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo” também serão incorporadas ao banco.

²⁴⁸ Para o diagnóstico circunstanciado da realidade observada e apontamentos em torno da criação de uma política memorial para a Universidade de São Paulo, ver CAMPOS, 2014.

²⁴⁹ Desenvolvido por Frederico Antonio Camillo Camargo

²⁵⁰ O banco de dados *Docere* encontra-se disponível em: <<http://www.usp.br/arquivogeral>>.

Primando por *layout* simples e funcional, o módulo de consulta apresenta, em sua tela inicial, uma interface amigável e intuitiva, em que são expostos os filtros de pesquisa e a relação completa dos acervos cadastrados, com links para o acesso direto às fichas de identificação. Os quatro filtros disponíveis permitem refinar a busca em função do nome do titular do acervo, da unidade ou órgão custodiador, de documentos específicos e dos tipos de atividades representadas pelos documentos, podendo ser aplicados de maneira combinada. Como resultado da filtragem, o banco exibe os acervos que correspondem aos critérios definidos, exibindo em destaque o termo pesquisado, visando facilitar a localização da informação pelo usuário.

FIGURA 1 – Tela inicial do módulo “consulta” do banco de dados *Docere*

Fonte: Acervo dos autores

ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Titular:
Todos

Unidade/Órgão custodiador:
Todas

Documento:
Todos

Atividade:
Todas

Pesquisar Limpar

Número de acervos encontrados: 173

Abrahão de Moraes
Alain Ruellan
Alfredo Ellis Júnior
Alice Piffer Canabrava
Aypio Leme de Oliveira
Amélia Império Hamburger
Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi
André Dreyfus
Andre Luiz Paranhos Perondini
Angelo Barone Netto
Anna Maria Pessoa de Carvalho
Antônio Brito da Cunha

Identificados de maneira sumária, os arquivos pessoais encontram-se descritos em função dos seguintes elementos:

- Nome do titular
- Unidade/órgão custodiador
- Datas-limite

- Extensão
- Conteúdo
- Suportes/formatos
- Estágio de organização
- Divulgação/instrumentos de pesquisa
- Histórico da custódia
- Condições de acesso
- Responsável pelo acervo
- Localização
- Observações

FIGURA 2 – Ficha de identificação de acervo

Abrahão de Moraes
<p>Identificação</p> <p>Unidade/Órgão custodiador: Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas</p> <p>Datas-limite: 1951 - 1964</p> <p>Extensão: 12 metros lineares</p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> DOCÊNCIA/PESQUISA <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Executar projeto de pesquisa carta, cartão, fotografia <input type="checkbox"/> Propor e ministrar disciplinas <p>Suportes/formatos: papel, papel fotográfico (ampliação).</p> <p>Tratamento Técnico/Custódia</p> <p>Estágio de organização: Não organizado</p> <p>Divulgação:</p> <p>Instrumentos de pesquisa: Não há</p> <p>Histórico da custódia: A documentação foi doada pela família após a morte do titular.</p> <p>Acesso</p> <p>Condições de acesso: Livre</p> <p>Responsável pelo acervo: Sandra Aparecida Marques dos Santos (bibdiag@edu.usp.br)</p> <p>Localização: Biblioteca / Andar: 1º / Sala: Obras raras</p> <p>Observações</p> <p>A documentação está dispersa entre a biblioteca e o setor de obras raras.</p>

Fonte: acervo dos autores

Conteúdo:

- ▣ DOCÊNCIA/PESQUISA
 - ▣ Executar projeto de pesquisa
 - ▣ Manter correspondência profissional
 - ▣ Propor e ministrar disciplinas
 - apostila, aula, boletim de frequência e nota, lista de exercícios, lista de presença, livro, prova
 - ▣ Publicar
 - ▣ Receber prêmios e homenagens
 - ▣ Vincular-se a associações científicas ou profissionais
- ▣ GESTÃO
- ▣ IDENTIFICAÇÃO
- ▣ VIDA FUNCIONAL
- ▣ OUTROS DOCUMENTOS

Mesmo que a descrição pormenorizada dos acervos não tenha figurado entre nossas pretensões, dadas as limitações de cronograma e de recursos materiais e humanos, procedemos à identificação das espécies, formatos e tipos documentais mais recorrentes em cada arquivo, representadas no campo “conteúdo” da ficha de identificação de acervo. Apresentado em formato de árvore, esse campo apresenta os tipos de atividades indicativos dos contextos originários dos documentos e pode ser desdobrado, segundo convenha aos interesses do pesquisador, exibindo os demais níveis da descrição: atividades, subatividades e “séries”²⁵¹.

²⁵¹ Segundo Bellotto e Camargo (2010, p.76) o conceito de série se aplica ao conjunto de unidades de mesmo tipo documental. Aqui, tomamos a liberdade de subverter o entendimento do conceito, condicionados pelas condições de trabalho, propondo séries em função das espécies, formatos e tipos documentais em lugar das tradicionais séries tipológicas.

FIGURA 3 – Árvore de atividades do campo “conteúdo” da ficha de identificação de acervo

Fonte: acervo dos autores

Como forma de amparar o usuário em sua consulta, elaboramos uma série de materiais de apoio, disponíveis para download no *site* do AG-USP: manual de instruções para uso do banco de dados, lista dos termos preferenciais adotados no registro das espécies documentais e lista das unidades visitadas durante o projeto, com indicação de endereço, caso o usuário pretenda realizar consulta presencial aos acervos.

Com o banco de dados *Docere*, o Arquivo Geral da Universidade de São Paulo dá sua contribuição no sentido de difundir e tornar pública a informação relativa a um patrimônio documental de elevado interesse tanto para a própria comunidade uspiana quanto para o público em geral.

4. UM CONVITE AO DESAFIO

As celebrações costumam trazer à tona o tema da memória, plasmado, muitas vezes, em discussões que não fazem mais que reproduzir o senso comum. Dessa forma, tende-se a associar indiscriminadamente os arquivos e a memória, como se estes fossem, passivamente, repositórios naturais e estáticos da memória de uma comunidade. Como observa Margaret Hedstrom (2010) semelhante banalização pode gerar entendimento controverso da essência do fazer arquivístico e da função social das instituições de custódia.

Convém retomar, nesse sentido, algo que a arquivista alemã Angelika Menne-Haritz (2001) exprimiu de maneira particularmente feliz e com exemplar concisão: os arquivos não armazenam a memória, mas nos permitem construí-la, refiná-la, corrigi-la ou ratificá-la sempre que necessário. Para que isso seja possível, cabe aos arquivistas e às instituições de custódia atuar ativamente no desenvolvimento de programas regulares de tratamento técnico, com vistas a promover o amplo e irrestrito uso dos arquivos, ideal que, na Universidade de São Paulo, apenas se concretizará quando da formulação de uma política memorial que abranja essa parcela esquecida de seu patrimônio documental, representada pelos arquivos de seus docentes.

São muitos os dilemas e questões a enfrentar. Quais documentos preservar? Que atividades, para além da docência e da pesquisa, representar? Quais critérios de avaliação e descrição adotar? Como integrar os diferentes acervos preservados em cada unidade? Centralizar a guarda física dos documentos ou permitir a cada unidade desenvolver seus projetos memoriais com relativa autonomia, mas obedecendo a diretrizes comuns? Como assegurar a continuidade do trabalho arquivístico em uma instituição que ainda não o compreende como elemento fundamental para a construção de sua história e como recurso estratégico de sua própria gestão?

A formulação de uma política memorial deve ainda contemplar as delicadas questões de jurisdição proporcionadas por esses arquivos, que oscilam na tênue fronteira entre o pessoal e o institucional, refletindo sobre a pertinência da aplicação de prerrogativas legais e seus impactos sobre a divulgação dos documentos. Imprescindível sublinhar, ainda, que semelhante empreitada não deve ser levada a cabo sem o necessário diálogo entre as diferentes esferas e agentes que compõem a estrutura institucional, observando o trabalho que já vem sendo desenvolvido, pontualmente, em certas unidades acadêmicas, de modo a contemplar seus aspectos positivos, integrando conhecimentos e práticas em verdadeiro esforço de colaboração.

Com o desenvolvimento das duas pesquisas aqui apresentadas, acreditamos ter dado o primeiro passo na busca de respostas a tantos questionamentos. Evidentemente, ainda há muito – na verdade, quase tudo – por fazer. Esperamos que os resultados dessas iniciativas estimulem e mobilizem a comunidade uspiana – e inspirem profissionais de outras instituições – a enfrentar o problema e que sirvam de convite ao desafio de preservar um patrimônio documental rico e multifacetado que não deixa de representar uma parcela relevante da história da docência e da ciência no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Célia Navarro de; FERNANDES, Simone; TESSITORE, Viviane. Metodologia de elaboração do guia. In: KHOURY, Yara Aun (coord.). **Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil (fundadas entre 1550 e 1900)**. São Paulo: Imprensa Oficial; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; FAPESP, 2004, 2v.

ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Projeto Memória Docente**. Apresenta o projeto, oferece materiais de apoio e dá acesso ao banco de dados Docere. Disponível em: <http://www.usp.br/arquivogeral/?page_id=1616>. Acesso em: 26 maio 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação/ FE-USP; Fapesp, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. O campo científico. In: **Sociologia**. Organização de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.

CALLON, Michel. L'agonie d'un laboratoire. In: CALLON, Michel (org.). **La science et ses réseaux**. Paris: Éditions La Découverte, 1989, p. 173-214.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira**: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014, 246 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

HAAS, Joan K.; SAMUELS, Helen Willa; SIMMONS, Barbara Trippel. **Appraising the records of modern Science and technology**: a guide. Massachusetts: MIT, 1985.

HEDSTROM, Margaret. Archives and collective memory: more than a metaphor, less than an analogy. In: EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather (ed.). **Currents of archival thinking**. Santa Barbara (CA): Libraries Unlimited, 2010, p. 163-179.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Laboratory life**: the construction of scientific facts. Princeton: University Press, 1986.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access – the reformulation of an archival paradigm. **Archival Science**, Dordrecht, v. 1, p. 57-82, 2001.

PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Edital Memória USP**. Disponível em: <http://www.prceu.usp.br/eventos/editais/edital_memoria_usp.pdf>. Acesso em: 26 maio 2014.

SAMUELS, Helen Willa. **Varsity letters**: documenting modern colleges and universities. Lanham: The Scarecrow Press, 1998.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de cientistas**: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012. (Thesis, 1)

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma ciência. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Resolução 6073**, de 1 de março de 2012. Dispõe sobre a criação do programa “Professor Sênior”. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-6073-de-1o-de-marco-de-2012>>. Acesso: 21 maio 2014.